

Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo

Fausto Brito*

Ao contrário do que ocorreu na Segunda Revolução Industrial, os fluxos migratórios que se intensificam agora são no sentido da periferia para o centro do capitalismo, ou dos países em desenvolvimento para os mais desenvolvidos. Mesmo porque, as condições sociais, econômicas e demográficas dos países mais pobres estão longe de exercer a mesma atração de um século atrás.

Uma das características da história do capitalismo tem sido a intensa mobilidade espacial da população. Dentro de cada país, as cidades se transformaram em *locus* hegemônico da acumulação de capital, acelerando os processos de urbanização, fruto não só do crescimento vegetativo da população mas, principalmente, das migrações internas originárias do campo. Cada país, é claro, tem a sua própria história e, portanto, processos específicos de desenvolvimento, urbanização e mobilidade espacial da população. Entretanto, não houve economia e sociedade que se desenvolvessem sem que houvesse uma intensa mobilidade espacial da população.

Mas estas migrações também ocorrem entre os diferentes países, consti-

tuindo um outro traço do desenvolvimento do capitalismo. Há um permanente fluxo internacional de população que, em determinadas circunstâncias, tem se acentuado. A história recente não poderia ser bem compreendida se não fosse considerada a interação entre os países através das suas populações. A própria identidade de muitos deles, a sua constituição como nação, foi um produto do movimento internacional de diferentes povos.

Os países das Américas, o chamado Novo Mundo, têm a sua formação fortemente marcada pelas migrações internacionais. Inseridos no "Antigo Sistema Colonial", foram a confluência dos povos europeus, africanos e asiáticos. No Brasil, a presença do colonizador português

* Pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

se intensificou no século XVIII, a partir da economia da mineração, que também ampliou o fluxo de escravos africanos. Outros europeus, franceses e holandeses, colonizadores ávidos por novas terras e produtos, já haviam marcado a sua presença aqui, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Mas foram basicamente portugueses e africanos – somados aos povos indígenas – quem criaram as bases da sociedade brasileira que se configurava no período colonial (Novais, 1979).

O Estado e a nação brasileiros se consolidaram no século passado, a partir de 1822, momento em que o capitalismo emergente na Inglaterra buscava ampliar os mercados para sua produção – inicialmente a indústria têxtil e, depois, máquinas, bens intermediários e de consumo durável. Não haveria capitalismo sem a articulação internacional dos mercados. O Antigo Sistema Colonial havia promovido uma integração internacional, comandada pelo capital mercantil das metrópoles, consoante com as rígidas normas dos monopólios e do exclusivo comercial. O próprio movimento das pessoas, escravos e homens livres, obedecia a este rígido controle.

O capitalismo inglês, hegemônico internacionalmente, exigiu liberdade de comércio para as mercadorias e recursos financeiros, rompendo as rédeas dos monopólios e do exclusivo comercial. Como consequência, o século XIX assistiu a uma movimentação internacional de populações, principalmente na sua segunda metade. Convém lembrar que o Brasil, apesar das pressões dos ingleses, manteve a escravidão, da qual dependia a economia cafeeira, até 1888, embora o fluxo internacional de escravos tivesse praticamente se extinguido desde 1850. Já nesta época, o governo do Império começava a promover uma política deliberada de atração de imigrantes internacionais, como foi o caso da colonização alemã no sul do país. Os objetivos desta política eram não só a ocupação do espa-

ço, com a criação de núcleos de colonização, mas também a miscigenação da população segundo o padrão racial europeu.

Na Inglaterra, a emergência da chamada Primeira Revolução Industrial levou a uma aceleração do crescimento demográfico, que se tinha mantido estável ao longo do período 1650-1750, com a população em torno de 6 milhões de habitantes. Em 1800 a população inglesa já alcançava cerca de 9 milhões de habitantes. Não só a Inglaterra, mas a Europa de uma maneira geral viveu no século XIX os seus diferentes processos de transição demográfica. Durante a primeira metade do século houve uma aceleração do crescimento demográfico, com o aumento das taxas de fecundidade, que já no final do Oitocentos tenderam a declinar, reduzindo o ímpeto do aumento populacional. A Inglaterra alcançou o seu maior crescimento entre 1811 e 1821, com taxas geométricas médias anuais de 1,67% (Wrigley, 1979).

Mas foi só na segunda metade do século passado que as emigrações europeias se tornaram mais relevantes, em função das profundas mudanças por que passava o capitalismo com a Segunda Revolução Industrial. Ocorridas ainda sob o domínio inglês, mas se estendendo ao continente europeu, além dos Estados Unidos e Japão, estas transformações reestruturaram o capitalismo. Na sua emergência, a economia capitalista tinha uma dinâmica que se caracterizava pela concorrência através dos preços, precisando da incorporação crescente de mercados. Em torno de 1840, ela começou a dar sinais de crise em razão de sua vulnerabilidade à formação de "excedentes na oferta de mercadorias". A saída foi uma redefinição estrutural do capitalismo, promovida pela grande expansão das ferrovias, a construção de navios e a exportação de capitais. A própria demanda interindustrial, fortemente estimulada pela redução de custos gerada pelo progresso técnico, particularmente nos

transportes, se encarregava de estimular a acumulação de capital (Hobsbawm, 1977).

Nesta etapa, outros países europeus, como a França, a Alemanha e a Bélgica, se incorporaram ao capitalismo, não mais partindo da indústria têxtil, como foi a história inglesa, mas a partir de grandes investimentos em indústrias de bens de capital e intermediários. Assim também ocorreu com os Estados Unidos e com o Japão. Estas modificações na estrutura produtiva não ocorreriam sem um enorme progresso técnico que inovasse as tecnologias de produção, possibilitasse a exploração e transformação dos recursos naturais necessários e garantisse, pela redução nos custos dos transportes, o acesso às fontes de matéria-prima, energia e aos mercados consumidores. Mas tudo isto implicava enormes investimentos, que exigiam da maioria dos países que se industrializavam um Estado poderoso, amplo acesso aos recursos naturais e um forte capital financeiro, resultado da fusão do capital industrial com o bancário.

Estas transformações estruturais do capitalismo provocaram a unificação econômica do mundo, enormemente facilitada pela revolução tecnológica nos meios de transporte. Não só os fluxos de mercadorias e recursos naturais, mas também os de capital financeiro integravam o mundo. Na verdade, uma integração conflituosa, já que havia uma acirrada concorrência entre os países capitalistas desenvolvidos, que precisavam garantir as suas fontes de recursos naturais e mercados para os seus produtos e o seu capital. A expressão política dessa concorrência foi um novo recorte do mundo em áreas de dominação de cada um dos países hegemônicos, um "novo colonialismo" exigido pela nova etapa do capitalismo, chamada de "imperialismo" (Lenin, 1973).

Durante o século XIX, estes países que redefiniram a sua estrutura produtiva praticamente completaram os seus pro-

cessos de transição demográfica. Alguns governantes, e mesmo alguns economistas, chegaram a se assustar, no início deste período, com a existência de um "excedente demográfico", principalmente nas cidades que cresciam aceleradamente com a industrialização e apresentavam graves desequilíbrios sociais. O declínio das taxas de fecundidade na segunda metade do século, contudo, contribuiu decisivamente para a desaceleração do crescimento demográfico e para reduzir as preocupações dos teóricos e políticos.

Mas um fator decisivo, que é o interesse deste artigo, foram as migrações internacionais. Estima-se que, entre 1850 e 1914, aproximadamente 30 milhões de pessoas emigraram da Europa para a América, principalmente para os Estados Unidos, Brasil e os países da Bacia do Prata. Foi o maior movimento migratório internacional da história dos povos até aquele momento. Entre 1846 e 1875, 9 milhões de pessoas, quatro vezes a população de Londres, deixaram a Europa. Só das Ilhas Britânicas, no período 1851-80, saíram aproximadamente 5,3 milhões de pessoas, sendo que 3,5 milhões para os Estados Unidos, 1 milhão para a Austrália e 800 mil para o Canadá. Calcula-se que, somente na década de 1880, 700 a 800 mil europeus emigraram por ano; para a década seguinte, estima-se algo em torno de 1 a 1,4 milhão por ano (Hobsbawm, 1977).

E não foi só esta migração do centro do capitalismo para a sua periferia, sem dúvida a maior. Os asiáticos, principalmente os chineses, também emigraram para a própria Ásia e para a costa do Pacífico nos Estados Unidos (Hobsbawm, 1977).

Na Europa, o intenso progresso técnico na indústria e, posteriormente, na agricultura, mesmo com a tendência à desaceleração do crescimento vegetativo da população, contribuiu para gerar um excedente demográfico não absorvido pela economia que foi "exportado"

para as nações ascendentes. Outros fatores contribuíram para a aceleração das emigrações, como a crise econômica do final do século (1873-90), determinada pela acirrada concorrência intercapitalista. Aliás, as repercussões desta crise nas economias dos países mais avançados não foram tão notáveis a ponto de comprometer a tendência histórica de crescimento. Poder-se-ia também falar da instabilidade política. A Europa estava dividida em impérios e alianças, Estados fortes que competiam na conquista de maior espaço para as suas economias e sociedades. O resultado foi a Primeira Grande Guerra Mundial.

Mas tanto a crise econômica quanto a instabilidade política foram apenas aceleradores do movimento das migrações internacionais, que tiveram suas raízes, fundamentalmente, na reestruturação produtiva do capitalismo, que potencializou o excedente demográfico europeu, e na inédita integração econômica do mundo, fortalecida pelo fantástico progresso técnico nos transportes de curta e longa distâncias.

A facilidade de locomoção e comunicação e a integração econômica internacional possibilitaram uma internacionalização do mercado de trabalho. Na própria Europa, à curta distância, e principalmente no circuito Europa-América, à longa distância. Vale a pena voltar a discutir o caso brasileiro, em que as migrações internacionais foram decisivas para a constituição do mercado de trabalho e para a própria formação étnica e cultural da nação. No Brasil, os governos do Império e da Primeira República implementaram políticas no sentido de estimular e atrair estes fluxos internacionais. A incapacidade social de se formar um mercado de trabalho capitalista para a economia cafeeira e para as indústrias emergentes só foi superada com a entrada maciça de imigrantes internacionais. Por um lado, havia a incapacidade do plantel de escravos de se reproduzir segundo a demanda da economia cafeeira, já que estava ve-

gado o comércio internacional. Por outro lado, não houve, na proporção necessária, a proletarianização de grande parte da população rural, que estava ainda presa a relações de trabalho pré-capitalistas e sujeita a forte controle social e político. Sem a proletarianização, as migrações internas ainda eram dificultadas pela inexistência de um sistema de transporte para longas distâncias. Esse lapso histórico entre a ausência de migrações internas e a demanda por força de trabalho foi preenchido pela imigração internacional.

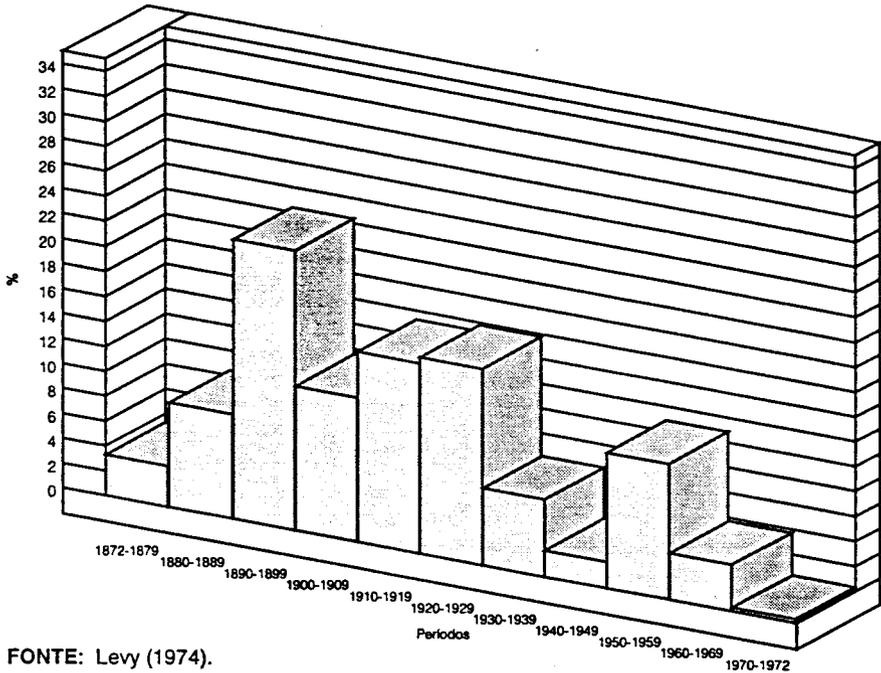
Como já foi mencionado, a deliberação política governamental de atrair imigrantes estrangeiros estava também ligada ao objetivo explícito de "eugenizar" a força de trabalho no Brasil, marcada pelos séculos de escravidão. Apesar destes objetivos éticos e socialmente deploráveis, a miscigenação produzida por essa confluência de povos e culturas distintas trouxe contribuições fundamentais para a formação social brasileira e a sua configuração como nação.

O período no qual se deu a maior entrada de imigrantes no Brasil foi entre 1890 e 1929, com destaque para o decênio 1890-99, quando aqui chegaram quase 1,2 milhão de imigrantes. Nestes 40 anos, os fluxos foram praticamente comandados pelas políticas de subsídio à imigração e pelas necessidades da economia cafeeira em expansão para o Oeste Paulista. Os italianos eram nitidamente predominantes, mas os portugueses e espanhóis também se destacavam.

No início deste século, até 1929, cresce a imigração portuguesa e de outras nacionalidades, como alemães, poloneses, russos, judeus, romenos, e o número de italianos e espanhóis começa a decair acentuadamente. A grande novidade é a intensificação do fluxo de japoneses no período entre as duas Grandes Guerras.

Até a década de 30, o capitalismo se expande puxado pelo notável desempenho da economia americana. Os Estados Unidos, além de desenvolverem rapi-

Gráfico 1
Entradas de Imigrantes no Brasil - 1872-1972



FONTE: Levy (1974).

damente o seu setor de bens de capital e intermediários, também implementaram uma indústria de bens de consumo duráveis cuja grande vitrine era a indústria automobilística. A partir da crise de 1929, e com a Grande Depressão dos anos 30, o capitalismo internacional entra numa fase conturbada. A emergência e expansão da experiência soviética, de um lado, e a crise econômica, de outro, contribuem para um “enrigecimento de fronteiras” e, em alguns países, ondas nacionalistas acabam por desembocar no fascismo.

Nesse contexto, as emigrações europeias tenderam a se reduzir drasticamente. As crises econômica e política esmoreciam os fluxos migratórios. A perspectiva de guerra tornava o cenário internacional ameaçador e pouco propício a grandes movimentos internacionais

de populações. Portanto, a tendência era que as migrações se restringissem às do tipo étnicas e de refugiados. Considerando, também, que o crescimento vegetativo da população era extremamente baixo, não havia a necessidade de exportar nenhum “excedente demográfico”.

Os países tradicionalmente de destino migratório, depois de 1930, também não tinham a mesma capacidade de atração. Os Estados Unidos, enfrentando as adversidades da Grande Depressão, com altíssimas taxas de desemprego, já não eram o mesmo paraíso migratório de antes. O Brasil, como outros países da periferia capitalista, ampliou a sua industrialização após a Revolução de 1930, começando, então, a substituir as importações de bens de consumo duráveis e intermediários. Entretanto, as necessida-

des de força de trabalho eram mais facilmente supridas pelas próprias migrações internas, que começaram a se intensificar na década de 40.

Após a Segunda Grande Guerra há uma expansão inusitada do capitalismo, tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa e Japão, depois de se recuperarem dos efeitos do conflito. O mundo pós-guerra foi redesenhado politicamente segundo as duas potências hegemônicas, os Estados Unidos e a então União Soviética. Alguns países periféricos de acordo com o novo padrão de divisão internacional do trabalho, entre eles o Brasil, assumem uma nova forma de inserção dentro do capitalismo mundial, usufruindo das possibilidades de crescimento e da liquidez do capital financeiro disponível. Na década de 50, a economia brasileira irá se expandir bastante e receber um fluxo maior de imigrantes advindos das regiões mais atrasadas da Europa, com a predominância de portugueses.

Foram justamente os países periféricos, antes receptores de imigrantes, que apresentaram, depois da Segunda Grande Guerra, as mais altas taxas de crescimento demográfico. Mas o próprio crescimento econômico destes países, as exigências do mercado de trabalho interno e a redução enorme dos custos de transportes fizeram com que a dimensão assumida pelas migrações internas tornasse as internacionais praticamente irrelevantes.

Os fluxos migratórios internacionais da periferia para o centro foram bem localizados e, geralmente, de curta distância. Para os Estados Unidos se destacaram as migrações do México, país fronteiriço. Os mexicanos contribuíram para potencializar a população de língua espanhola residente na América do Norte, hoje estimada em mais de 20 milhões. Para a Europa, principalmente para a Inglaterra, Alemanha, França e Suíça, vieram muitos imigrantes de Portugal, Espanha, Grécia, Turquia, Finlândia, Irlanda e da antiga Iugoslávia. Estima-se que, em

1975, 10% da força de trabalho da Europa Ocidental era constituída de imigrantes (Sales, 1991).

Em ambos os casos, Estados Unidos e Europa, a grande expansão da economia no pós-guerra gerou uma "dependência do trabalhador estrangeiro", seja para trabalhos temporários, de longo prazo ou permanentes. Os imigrantes eram necessários porque a população economicamente ativa não crescia o suficiente para atender todas as necessidades do mercado de trabalho, dado que o crescimento vegetativo era bastante baixo.

Aos imigrantes era reservado, prioritariamente, um "espaço secundário do mercado de trabalho", onde prevaleciam as ocupações menos valorizadas por uma população coberta por eficientes programas de seguridade social e por poderosas organizações sindicais. O "espaço principal do mercado de trabalho" convivía bem com o secundário e, algumas vezes, dele se nutria, mantendo no imigrante a expectativa de mobilidade no mercado de trabalho e de uma maior integração social no país de destino. De qualquer maneira, a imigração era necessária para a reprodução da economia e da sociedade dos países mais avançados da Europa e da América do Norte.

Além dessa migração tipicamente comandada pelo mercado de trabalho internacionalizado, existiam outros fluxos, alguns de longa distância, entre as colônias e os antigos países colonizadores. Os fluxos da Índia e Paquistão para a Inglaterra ou do Norte da África para a França seriam alguns exemplos. Os fluxos étnicos e de refugiados também foram importantes, principalmente do Leste Europeu em direção à própria Europa Ocidental, Oriente Médio e Estados Unidos. Alguns cálculos mostram que, entre 1950 e 1993, 14.160.000 emigrantes saíram da antiga Alemanha Oriental, da ex-Iugoslávia, da Polónia e da antiga União Soviética em direção, fundamentalmente, à ex-Alemanha Ocidental, Israel e Estados Unidos (Heinz e Munz, 1994).

Depois da década de 70, o cenário no qual se realizavam as migrações internacionais se modificou substancialmente. Os fluxos dos países em desenvolvimento em direção aos países mais desenvolvidos se acentuaram bastante. Segundo os dados do Fundo das Nações Unidas para a População – FNUAP (1993), só entre 1980 e 1992 entraram legalmente na Europa Ocidental 15 milhões de imigrantes. Nos países da Comunidade Européia, em 1990, residiam 13 milhões de estrangeiros, sem incluir os naturalizados. Oito milhões de imigrantes vieram de fora da CEE, sendo 4 milhões procedentes do Norte da África, Turquia e Iugoslávia.

O levantamento do FNUAP citou mais alguns dados importantes:

- A antiga Alemanha Ocidental, em 1980, tinha 4,5 milhões de imigrantes, número que passou para 5,2 milhões em 1990, cerca de 8,4% da população total. Os maiores fluxos migratórios eram de turcos (1,7 milhão), iugoslavos (652 mil) e poloneses (241 mil).
- Na França, em 1990, 6,4% da população era de imigrantes. Isto sem considerar mais de 1 milhão de estrangeiros nacionalizados e 500 mil cidadãos franceses das províncias ultramarinas e territórios na África, Caribe e Pacífico.
- O Reino Unido, em 1990, tinha 1,9 milhão de imigrantes, isto é, 3,3% da população total. A sua população de minorias étnicas, oriunda principalmente do Caribe e do Sul da Ásia, era 4,7% da população total. A estimativa da população total de origem imigrante chegava a 4,5 milhões, ou seja, 8,7% da população total.
- Nos Estados Unidos entraram, durante a década de 1980, 7.338.000 migrantes legais, oriundos principalmente de países em desenvolvimento. Considerando a enorme entrada de imigrantes ilegais, estima-

se para a década passada um fluxo de imigrantes de cerca de 10 milhões.

- O Japão é outro país de grande atração migratória para as populações de países em desenvolvimento como Bangladesh, Paquistão e Irã. Apesar das restrições impostas para a obtenção de vistos no início da década de 80, entre 1989 e 1992 o número de estrangeiros que permaneceram no país um tempo superior ao permitido pelo visto aumentou de 20.500 para 280 mil. O Brasil tem sido um grande fornecedor de imigrantes para o Japão, os chamados “*dekasseguis*”, homens e mulheres de origem familiar japonesa que vão ao Japão temporariamente para exercer trabalhos não-qualificados (Rossini, 1992).

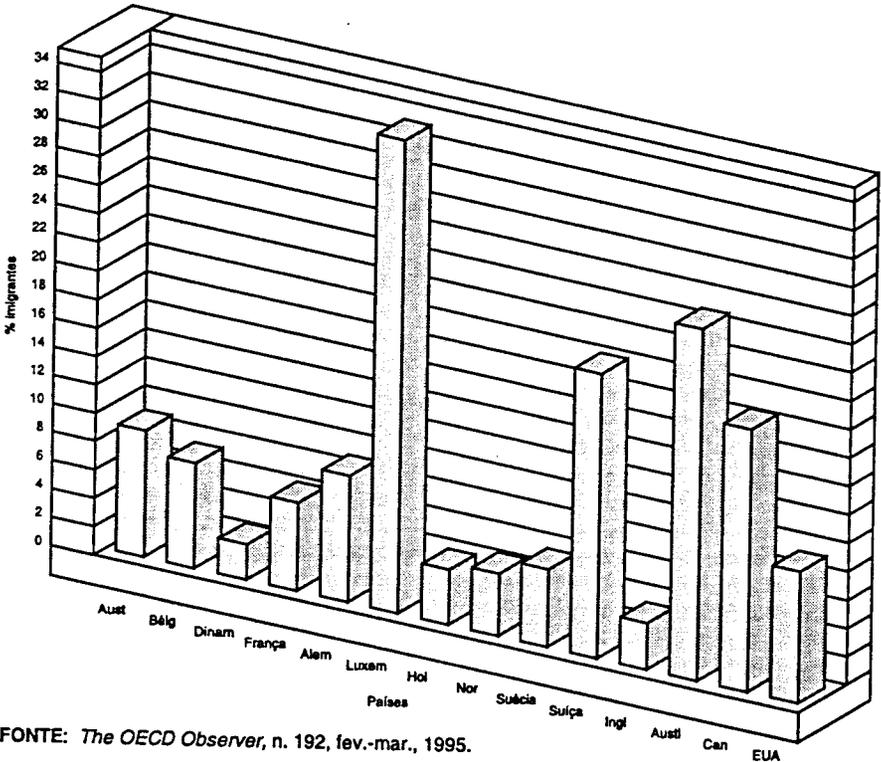
Outros países como a Austrália, o Canadá, Cingapura e os grandes produtores de petróleo asiáticos também têm se constituído em países de atração migratória. A República da Coreia, que tem 11% de sua população residindo no exterior, tem estimulado a imigração internacional para suprir a escassez interna de mão-de-obra.

Os dados da OECD para 1991 confirmam a presença importante dos imigrantes na força de trabalho dos países mais desenvolvidos. Áustria, Alemanha, Luxemburgo e Suíça se destacam na Europa. O Canadá e os Estados Unidos também apresentam uma grande presença de mão-de-obra imigrante, ao passo que na Austrália esta é quase 25% da força de trabalho (*The OECD Observer*, n. 192, fev.-mar., 1995).

Um outro excelente exemplo tem sido o Brasil, que sempre foi um lugar de atração migratória e passou a ser, também, exportador de força de trabalho para os Estados Unidos, Europa e Japão.

Se por um lado houve esta intensificação das migrações das populações dos países em desenvolvimento em direção aos mais desenvolvidos, por outro, o

Gráfico 2
Porcentagem de imigrantes na força de trabalho



FONTE: *The OECD Observer*, n. 192, fev.-mar., 1995.

capitalismo tem passado por profundas transformações na sua estrutura produtiva. Além disso, deve ser mencionado o "conflito demográfico" causado pelo envelhecimento da população, o que tem pressionado a capacidade de financiamento do *Welfare State*, pelo estreitamento gradativo de sua base, ou seja, pela diminuição da relação entre a população economicamente ativa e a não ativa (apesar de a PEA ainda estar sendo afetada pelo "babyboom" do pós-guerra). Os Estados têm passado por uma crise fiscal que tem se desdobrado em restrições às políticas de seguridade social e em estímulos a um mercado de trabalho mais competitivo.

A reestruturação produtiva, ou a chamada Terceira Revolução Industrial, tem gerado transformações rápidas e profundas nos países mais desenvolvidos. Estas têm sido rápidas porque a acirrada concorrência entre Europa, Estados Unidos e Japão tem exigido ajustes macroeconômicos de curto prazo, ou seja, na medida exata das exigências de uma economia internacional globalizada, em que cada país tem os seus mercados nacionais abertos e, portanto, sujeitos aos padrões internacionais de eficiência e competitividade.

Estas rápidas transformações da estrutura produtiva capitalista têm incorporado novos padrões de utilização de

insumos tradicionais, como o aço e o cobre, cada vez mais substituídos por novos materiais, com o claro propósito de aumentar o valor agregado e superar as dificuldades com os mercados de recursos naturais e energéticos. Com o mesmo objetivo de aumentar a eficiência, os processos produtivos estão cada vez mais automatizados e robotizados, o que, junto com a flexibilização tecnológica, isto é, "a utilização de equipamentos de propósitos múltiplos e versáteis", têm provocado mudanças profundas no mercado de trabalho (Cano, 1993). Acrescente-se que a flexibilização só se viabiliza com uma nova organização do trabalho que gradativamente vai superando o antigo "fordismo".

Apesar da criação de novos cargos, requeridos pelos novos processos tecnológicos e pelas novas formas de organização do trabalho, tem havido uma enorme redução nas necessidades de mão-de-obra. Mais ainda: os mercados de trabalho estão mais seletivos, exigindo maior treinamento e reciclagem. Como consequência, verifica-se um aumento fantástico das taxas de desemprego, que em alguns países desenvolvidos já chegam a mais de 20%. Tem havido, também, uma grande rotatividade da mão-de-obra, a substituição de empregos pelo "trabalho domiciliar" e o aumento da substituição do trabalho masculino pelo feminino em setores como a construção civil. Na década de 80, o trabalho feminino na construção civil cresceu 23% na Itália, Inglaterra e Japão, 48% nos Estados Unidos e 75% na Espanha (Cano, 1993).

O mercado de trabalho está cada vez mais seletivo e competitivo, gerando um "excedente estrutural de força de trabalho" que tem avançado inclusive sobre os "espaços secundários do mercado de trabalho", tradicional nicho dos imigrantes. A crise do *Welfare State* e a existência deste excedente estão na raiz do ambiente cada vez mais adverso para os

imigrantes de outros países, outrora tão "bem-vindos" e necessários.

A globalização e aceleração interdependência têm levado à formação de blocos de países como o NAFTA, a CEE e o Mercosul. Para facilitar a sobrevivência sob condições de alta competitividade, os países têm se agrupado, diluindo alguns limites do Estado nacional. Estados passam a dividir com outros Estados a formulação de alguns parâmetros básicos da política econômica e monetária. A contrapartida tem sido o ressurgimento de movimentos nacionalistas e étnicos, como se o reforço da identidade nacional pudesse compensar a internacionalização de algumas funções do Estado nacional. Para esta "xenofobia" tem contribuído, após a derrocada das experiências socialistas, a tendência à substituição de fronteiras ideológicas por fronteiras étnicas.

Mercados de trabalho competitivos e seletivos, nacionalismo e preconceitos étnicos redefiniram o significado das migrações internacionais para os países desenvolvidos. Se até a década de 70 os migrantes eram necessários economicamente e aceitos socialmente, nos anos 80 passaram a ser competitivos com os nacionais no mercado de trabalho e objeto de discriminação social e legal.

Para tornar mais complexo o cenário atual das migrações internacionais, observe-se que, ao contrário do que ocorreu na Segunda Revolução Industrial, os fluxos migratórios que se intensificam são no sentido da periferia para o centro do capitalismo, ou dos países em desenvolvimento para os mais desenvolvidos. Mesmo porque, as condições sociais, econômicas e demográficas dos países mais pobres estão longe de exercer a mesma atração de um século atrás.

Os países mais pobres, como o Brasil, viveram na década de 80 tentativas malsucedidas de ajuste econômico e financeiro, visando à nova realidade do capitalismo internacional e à necessidade de saldarem os compromissos com os

pagamentos das dívidas externas. O resultado foi uma década de crise econômica com uma profunda dimensão social, em que as taxas de desemprego se aproximaram dos 15% e a miséria se generalizou para 20% da população.

A globalização da economia também tem imposto aos países em desenvolvimento, para que se tornem competitivos internacionalmente, a "importação da reestruturação produtiva" que, somada a um crescimento demográfico bem acima daquele dos países do Primeiro Mundo, tem produzido mercados de trabalho seletivos e competitivos, principalmente nos setores mais modernos da economia, altamente oligopolizados. É claro que a queda da fecundidade e o declínio generalizado nas taxas de crescimento populacional devem ter ajudado a reduzir a pressão populacional sobre os mercados de trabalho. Entretanto, a fantástica redução das taxas de crescimento das grandes regiões metropolitanas de países como o Brasil sinaliza também para outro fenômeno: a redução das migrações internas, principalmente as inter-regionais. Os grandes centros urbanos deixaram de ter o enorme poder de atração que tiveram em décadas anteriores, não só pela crise econômica, expressa no maior fechamento dos mercados de trabalho, mas pela dimensão social que ela encerra. E aqui vale a pena chamar a atenção para um fenômeno recente, fundamental na sociedade brasileira: o descolamento da mobilidade espacial da mobilidade social.

Em períodos de expansão econômica e mercados de trabalho mais abertos, o processo migratório interno significava a possibilidade de o indivíduo se mover na escala social mediante uma bem-sucedida mobilidade ocupacional e uma conseqüente melhoria do seu padrão de renda no lugar de destino. A verdade, porém, é que o processo migratório era seletivo. Uma grande parte dos migrantes não conseguia sucesso nesta mobilidade, só restando a eles o retorno

às origens ou o itinerário de milhões de brasileiros: pular de cidade em cidade ou de região em região, como nômades sociais.

O importante é que essas possibilidades de mobilidade social, mesmo não sendo para todos os emigrantes, estão tendendo a se esgotar. Os empregos em mercados de trabalho "menos nobres" ou em "espaços secundários", como a construção civil, ou mesmo no mercado informal, se tornaram muito mais competitivos. Simultaneamente, os mercados de trabalho dos setores mais modernos da economia se tornaram mais fechados e oligopolizados, fruto da aliança das corporações empresariais com os trabalhadores com o objetivo de se manterem os lucros e os salários reais. Os pré-requisitos para a entrada nestes mercados também ficaram mais rígidos quanto às necessidades de formação profissional e "on the job training". O resultado é que se tornou impossível, para a grande maioria dos migrantes, associar a sua mobilidade espacial a uma maior mobilidade ocupacional e social. Não foi por outra razão que a migração para as regiões antes de grande atração migratória, como as regiões metropolitanas, reduziu-se enormemente. As crises econômica e social certamente contribuíram para agravar esta situação, mas mesmo aqueles setores mais modernos que conseguiram, recentemente, recuperar suas taxas de crescimento não recuperaram na mesma proporção as suas taxas de absorção de mão-de-obra. E o motivo é que o crescimento destes setores dentro do padrão internacional da "reestruturação produtiva" tem economizado largamente a mão-de-obra.

Para muitos, aqueles com um padrão educacional mínimo, a possibilidade de mobilidade social ficou restrita a uma alternativa praticamente inédita em décadas anteriores: a emigração para os Estados Unidos, Europa ou Japão. Evidentemente, esta mobilidade não acontece nos países de destino. Lá as condições,

como foi observado, são altamente adversas e a inserção do imigrante se dá na periferia do mercado de trabalho ou no seu "espaço secundário", onde, atualmente, muitas vezes tem de competir com os nacionais. Mas, mesmo assim, com toda a adversidade, competitividade e discriminação, tem sido possível para muitos imigrantes construir uma reserva financeira que, enviada para o Brasil, permite a aquisição de bens ou investimentos que garantem, fora da trajetória ocupacional, uma elevação do padrão de vida e do consumo.

Se, na época da Segunda Revolução Industrial, a intensificação das migrações foi facilitada pelo progresso técnico nos transportes, agora um outro fenômeno torna-se decisivo. Aliada à globalização da economia emerge uma verdadeira "sociedade global", onde os processos sociais que antes se limitavam às fronteiras de cada Estado-nação hoje tendem a se internacionalizar. Os modernos sistemas de telecomunicações fazem com que as informações circulem numa grande velocidade e cheguem a milhões de domicílios em diferentes países. Estas informações trazem consigo normas e valores que se internacionalizam, possibilitando a diferentes povos a redefinição de padrões e aspirações de comportamento e, portanto, a construção de um imaginário sobre a realidade do seu e de outros países. Deste imaginário, fruto da internacionalização de processos sociais, é que cada migrante internacional potencial cria a sua "ilusão migratória", sem a qual ninguém migra a longa distância, principalmente entre países. É claro que existe também uma "racionalidade" baseada num cálculo de custos e benefícios da migração internacional – que também está condicionada por processos sociais internacionalizados -, mas a expectativa de sucesso na migração vem alimentada por uma ilusão sobre as condições do país de destino que ultrapassa a realidade. E, sem a "ilusão migratória", a motivação para emigrar não acentua su-

ficientemente os benefícios econômicos, sociais e psicológicos da migração, sem os quais os custos se transformam em obstáculos intransponíveis.

As informações que circulam pela mídia são reforçadas pelas "redes sociais de imigrantes". Esta é uma característica fundamental das migrações a longa distância e, sem dúvida, das internacionais. Ninguém migra isoladamente. O processo migratório tende a ser coletivo, funcionando como uma bola de neve. Os que migram estabelecem entre si uma "rede" de informações e apoio visando não só informar sobre as condições do país de destino, como facilitar a adaptação do imigrante. Estas "redes sociais de cooperação" são fundamentais e, no limite, tendem a reforçar, nos países de destino, verdadeiros guetos de imigrantes onde, interagindo entre si, eles se defendem no difícil processo de integração na sociedade e economia dos países mais avançados.

A integração social do imigrante é uma questão decisiva. Ela é praticamente impossível para a grande maioria, devido não só à competitividade no mercado e à quase total impossibilidade de se deslocar para o espaço principal do mercado de trabalho, mas, fundamentalmente, devido às diferenças sociais e culturais e aos preconceitos. Mais recentemente, tem sido comum em muitos países as restrições legais à integração dos imigrantes. Estes tendem, então, a viver no país de destino uma "cultura da passagem": estão em outro país, têm dificuldades enormes de se integrar socialmente e, como defesa social, vivem em guetos onde recriam os padrões de vida dos países de origem. Muitas vezes não aprendem a língua nem regularizam juridicamente sua situação no país. A tendência tem sido os imigrantes reforçarem as redes sociais de cooperação, formando verdadeiras ilhas da "cultura da passagem".

Esta cultura e os guetos ajudam o migrante a conviver com o conflito entre a

necessidade de gerar uma reserva financeira, com todos os custos sociais e psicológicos que isto implica, e a auto-imagem fundada nos seus valores de trabalhador com um mínimo de formação educacional, geralmente de classe média, no país de origem. Há uma espécie de compensação entre os ganhos econômicos e financeiros e as perdas no *status* e prestígio social.

A migração da periferia para os países mais avançados, que foi o objeto principal deste ensaio, coexiste com um outro tipo que merece ser mencionado: a migração em regiões de fronteira entre países mais pobres em desenvolvimento. É o caso de alguns países latino-americanos, cujos mercados de trabalho regionais, assim como os mercados de terras, tendem a se internacionalizar.

O Brasil, novamente, é um bom exemplo. Inserido no Mercosul e fazendo fronteiras com outros países latino-americanos, ele também tem se integrado com estes países mediante fluxos de população. Bolivianos, chilenos, peruanos e paraguaios têm imigrado para o Brasil em grandes quantidades. Interessante é que tende a se reproduzir aqui o que ocorre com os brasileiros que emigram para os países mais avançados: geralmente eles se inserem no "espaço secundário do mercado de trabalho", em atividades periféricas não regulamentadas pela legislação trabalhista. O caso dos bolivianos em São Paulo é ilustrador (Galleti, 1995). Eles trabalham nas indústrias de confecção, hoje totalmente controladas pelos imigrantes coreanos, onde não têm nenhuma proteção da legislação trabalhista. A aceitação desta situação pelos bolivianos se justifica, na maioria das vezes, pela sua própria condição ilegal no Brasil.

Além da internacionalização do mercado de trabalho entre países vizinhos, o mercado de terras também é decisivo para as migrações. A grande emigração de brasileiros para o Paraguai foi

predominantemente determinada por projetos de colonização e pelas diferenças no preço da terra, bem mais baixo em regiões paraguaias do que nos estados do sul do Brasil. Ou seja, a internacionalização de outros mercados de fatores de produção, como a terra, também é decisiva para as migrações entre países vizinhos (Reydon e Plata, 1995).

As regiões de livre comércio, como o Mercosul, tendem a levar ao limite a internacionalização dos mercados de fatores de produção, já que as restrições alfandegárias são fortemente reduzidas. Porém, a integração mercantil não significa a diluição dos limites do Estado-nação, e muito menos das suas heterogeneidades. As diferenças quanto à legislação trabalhista e às políticas salariais ou de terras, que são decisivas para as migrações internacionais, dificilmente serão homogêneas. Portanto, os fluxos de população continuarão existindo, sinalizados pelos desequilíbrios ou diferenças entre os vários países.

Para finalizar, vale a pena mencionar que as migrações internacionais, seja a curta ou a longa distância, fazem parte do cenário internacional hoje, assim como o fizeram há cem anos atrás. Só que no final do século passado e princípio deste as migrações tendiam a ser permanentes e os migrantes se integravam econômica e socialmente nos países de destino. Eram, sem dúvida, fluxos socialmente desiguais que se inseriam desigualmente nas sociedades. Mas foi a partir da convivência destes diferentes povos que muitas nações se fizeram. Atualmente, a realidade migratória é distinta: fruto da internacionalização do mercado de trabalho e da profunda desigualdade entre as nações, a maioria das migrações tende a ser cada vez mais temporária e os migrantes, meros trabalhadores que circulam internacionalmente. Em vez de serem convidados a "fazer a América", como se dizia há um século, hoje eles são como atores convidados a desempenhar um papel

secundário no mercado de trabalho, por um tempo determinado. E, logo após,

são convidados a se “desfazer” da América, da Europa ou do Japão.

Referências bibliográficas

- CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem mundial*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.
- FNUAP. *A situação da população mundial 1993*. FNUAP, 1993.
- GALLETI, Roseli. Imigração recente para a metrópole paulistana. Comunicação apresentada no seminário Contexto Geral das Migrações Internacionais, Campinas, Fecamp/Unicamp, 1995.
- HEINZ, Fassmann e MUNZ, Rainer. “European east-west migration, 1945-1992”. *International Migration Review*, vol. XXVIII, n. 3, outono, 1994.
- HOBSBAWM, Eric J. *The age of capital*. Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1977.
- LENIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Coimbra, Editora Centelha, 1973.
- LEVY, Maria Stella. “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972”. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, n. 8 (suplemento), 1974.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil no Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- REYDON, Bastiaan e PLATA, Ludwig. “As migrações e o mercado de terras agrícolas no Cone Sul”. In: PATARRA, Neide (coord.), *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*, Campinas, FNUAP/ Editora da Unicamp, 1995, pp. 160-71.
- ROSSINI, Rosa Ester. “À procura das origens ou a expectativa do enriquecimento rápido: o exemplo dos ‘dekasseguis’ do Brasil em direção ao Japão”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 9, n. 2, jul.-dez., 1992, pp. 200-4.
- SALES, Teresa. “Novos fluxos migratórios da população brasileira”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 8, ns. 1-2, jan.-dez., 1991, pp. 21-32.
- WRIGLEY, C. *Population and history*. World University Library, 1979.

RESUMO – Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. O trabalho faz uma análise histórica das migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. Compara as características das migrações durante a chamada Segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século passado, com as que vêm ocorrendo na atual fase de reestruturação da economia mundial, também considerada como a Terceira Revolução Industrial. Se, no final do século XIX e princípio deste, as migrações do centro para a periferia tendiam a ser permanentes e os imigrantes se integravam nos países de destino, atualmente a realidade migratória tem sido distinta: fruto da internacionalização do mercado de trabalho e da profunda desigualdade entre as nações, a maioria das migrações tende a ser cada vez mais temporária e os migrantes, meros trabalhadores que circulam internacionalmente.

ABSTRACT – An essay about the international migrations in the capitalism development. The essay makes an analysis in the history of the international migrations in the capitalism development. It compares the characteristics of the migrations during the

so-called Second Industrial Revolution, in the second half of the last century, with those which have been happening in the present phase of the reorganization of the world economy, also known as the Third Industrial Revolution. If in the end of the XIX century and the beginning of the present one, the migrations from the center to the periphery were most likely to be permanent and the immigrants used to integrate in the countries of destination, nowadays the migratory reality has been distinct: fruit of the internationalization of the job market and of the deep inequality among the nations, most of the migrations turn to be each day more temporary and the migrants, just laborers who circulate internationally.

(Recebido para publicação em março de 1995)